

**PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM****Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante**

Dezembro(31/12/2018)

**ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM**

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS</b>							
EXERCÍCIO 2013	430.400,00	0,00	0,00	430.400,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	6.642,44	0,00	0,00	6.642,44	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	43.715,13	0,00	0,00	40.715,13	0,00	0,00	3.000,00
EXERCÍCIO 2016	13.920,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.920,18
EXERCÍCIO 2017	1.094.700,91	0,00	957.726,57	136.974,34	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	0,00	1.283.246,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.246,36
Sub-total	1.589.378,66	1.283.246,36	957.726,57	614.731,91	0,00	0,00	1.300.166,54
<b>RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS</b>							
EXERCÍCIO 2014	30.410,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.410,55
EXERCÍCIO 2015	46.620,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.620,37
EXERCÍCIO 2016	28.002,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,35
EXERCÍCIO 2017	3.270.494,96	0,00	1.260.609,97	1.174.075,26	0,00	0,00	835.809,73
EXERCÍCIO 2018	0,00	3.842.511,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3.842.511,79
Sub-total	3.375.528,23	3.842.511,79	1.260.609,97	1.174.075,26	0,00	0,00	4.783.354,79
<b>DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES</b>							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	313.520,21	1.591.754,75	1.594.415,53	0,00	0,00	0,00	310.859,43
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.265.284,97	774.597,09	821.160,11	0,00	0,00	0,00	1.218.721,95
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.086,08	5.144,49	3.971,15	0,00	0,00	0,00	2.259,42
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	-744,13	9.924,95	9.193,58	0,00	0,00	0,00	-12,76
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	150.938,33	1.512.905,98	1.503.817,33	0,00	0,00	0,00	160.026,98
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	20.281,64	419.622,05	151.848,87	0,00	0,00	0,00	288.054,82
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.470,96	4.312,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.782,96
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	468,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468,48
Sub-total	1.752.306,54	4.318.261,31	4.084.406,57	0,00	0,00	0,00	1.986.161,28



**PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM**

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO				SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE		
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ			
			PAGTO	CANC.	INSCR			BAIXA
TOTAL	6.717.213,43	9.444.019,46	6.302.743,11	1.788.807,17	0,00	0,00	8.069.682,61	



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**  
**Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2018**  
**Município: Bom Jardim**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DE LIRA, FABIO JOSE DA SILVA  
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ba969526-34e1-462c-9445-a5ae8eb53806

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

**Nome da Entidade:**

Prefeitura Municipal do Bom Jardim

**CNPJ:**

10.293.074/0001-17

**Endereço da entidade:**

Praça 19 de Julho, nº S/N, Bairro Centro, CEP: 55.730-000

**Natureza jurídica da entidade:**

A Prefeitura Municipal do Bom Jardim - PE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município".

**Natureza das operações e principais atividades da entidade:**

A Prefeitura do Bom Jardim - PE possui como atividade principal a "administração pública geral". Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1.012, de 20 de novembro de 2017 (LOA 2018). Sua atividade financeira origina-se da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses do governo federal e estadual (fundo a fundo ou convênios) e rendimentos de aplicação.

**Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6 (R1).

**Nome do Gestor do Fundo:**

João Francisco de Lira, Cargo: Prefeito. Período de Gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.

**Nome, CRC e e-mail do contador responsável:**

Fabio José da Silva, CRC nº 027956/O 4, e-mail: fabio@naap.com.br

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

**Bases de Mensuração utilizadas:**

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

**c) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE E SEUS ASPECTOS:**

A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo.

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**  
**Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2018**  
**Município: Bom Jardim**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DE LIRA, FABIO JOSE DA SILVA  
Acesse em: <https://etce.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ba969526-34e1-462c-9d45-a5ae8eb53806

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. (Essas obrigações independem de autorização orçamentária por serem decorrentes de operações extraorçamentárias ou por já terem passado por um orçamento em exercício anterior).

O registro dos restos a pagar, de acordo com o parágrafo único do art. 92, serão feitos por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

**d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

**1. Informações relevantes referentes ao Item “Depósitos e Consignações” constante no Demonstrativo:**

Pode ser observado neste Demonstrativo os seguintes valores:

- R\$ 310.859,43, decorrentes de RPPS Retenções sobre vencimentos e vantagens, que se refere ao saldo devedor do ente junto ao Fumap – Fundo Previdenciário.
- R\$ 1.218.721,95, decorrentes de Contribuição ao RGPS, que se refere ao saldo devedor do ente junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social;
- R\$ 2.259,42, decorrentes de Pensão alimentícia, que se refere ao saldo devedor do ente junto aos pensionistas;
- R\$ - 12,76, decorrentes de Retenções – Entidades Representativas de Classes, que se refere ao saldo devedor do ente junto ao SINPRO e Contribuição Sindical;
- R\$ 160.026,98, decorrentes de Retenções – Empréstimos e Financiamentos, que se refere ao saldo devedor do ente junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Bradesco;
- R\$ 288.054,82, decorrentes de Outros Consignatários, que se refere ao saldo devedor do ente junto ao PASEP;
- R\$ 5.782,96 decorrentes de Depósitos e Cauções, que se refere ao saldo devedor do ente junto as empresas participantes de processos licitatórios;
- R\$ 468,48 decorrentes de outros valores restituíveis, que se refere ao saldo devedor.

**BOM JARDIM, 27/03/2019**